



ACÓRDÃO Nº872/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12945/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Francisco Moreira de Oliveira Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2096/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN. Exercício de 2020.

Revelia. Irregularidade. Multa. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar revel o Sr. **Francisco Moreira de Oliveira Neto**, nos termos do §4º, do art. 20 da Lei Nº 2.423/96;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. **Francisco Moreira de Oliveira Neto**, Gestor do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN, no curso do exercício de 2020;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Francisco Moreira de Oliveira Neto** no valor de **R\$ 8.000,00** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº872/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Dar ciência ao Sr. **Francisco Moreira de Oliveira Neto** e aos demais interessados do teor da decisão recomendando ainda que a cópia do Relatório Conclusivo nº 018/2022 – DICERP (fls. 68-76), seja encaminhada para os seguintes órgãos: Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI, Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS e Ministério da Previdência Social - MPS;

10.5. Arquivar o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral